

# O MODO DE PRODUÇÃO BUROCRÁTICO NA CHINA\*

José Carlos Avelino\*\*

Partindo do ponto de vista de que o estudo de uma sociedade deve basear-se nos dados objetivos da realidade, nas condições existentes, na base econômica e na estrutura real desta sociedade, nós nos despinimos, até onde nosso espírito franco de pesquisador social nos permitiu, de qualquer interpretação ideológica, fosse ela oficial ou não.

O objetivo deste artigo é o de alimentar o debate a respeito das profundas modificações a que se submeteu a estrutura da sociedade chinesa, como decorrência da tomada do poder pelos comunistas. Nosso esforço principal se orientará no sentido de contribuir para uma melhor compreensão do modo como os chineses se organizam para satisfazer a necessidade número um de toda sociedade: a produção.

Para a caracterização do principal modo de produção na China de hoje, será necessário examinarmos qual é a relação de produção determinante nesta formação social. É a procura desta relação que orientará o início deste capítulo. Tendo em mãos a relação de produção determinante, estaremos em condições de abordar a questão das classes sociais na China, da superestrutura da sociedade chinesa bem como a questão da reprodução das relações de produção.

## A relação de produção dominante

Os produtores diretos na China Popular não têm o controle sobre suas condições de existência. Os indicadores principais desta afirmativa são o Estado forte e em desenvolvimento, as desigualdades sociais e, mesmo, a existência de classes sociais, as hierarquias, os privilégios econômicos e as discrepâncias salariais, a corrupção interburocrática, os privilégios políticos, a sobrevivência da lei do valor e da mercadoria etc. Em uma palavra: não existe a livre associação dos trabalhadores. Vale dizer que os produtores diretos não têm a propriedade de seus meios de produção<sup>1</sup>, condição indissociável da afirmativa anterior. Nestas condições, eles estão submetidos às leis do mercado e ao trabalho assalariado, mesmo se conside-

\* Este artigo é baseado numa parte da tese de doutorado que o autor defendeu em 26 de novembro de 1980, na Universidade de Paris 1.

\*\* Professor da Universidade Católica de Goiás. Doutor em Desenvolvimento Econômico e Social pela Universidade de Paris 1.

rarmos que, como veremos no decorrer deste artigo, estas leis vêm associadas a categorias inexistentes (ou, na melhor das hipóteses, irrelevantes) no modo de produção capitalista: a planificação e a estatização. Da mesma forma, este trabalho assalariado é realizado por uma força de trabalho que sendo uma mercadoria, tal como ocorre no modo de produção capitalista, ela o é de uma forma especial.

Aceitando o fato de que a massa dos meios de produção representa uma propriedade estrangeira para os produtores diretos, seremos obrigados a aceitar também que estes meios se apresentam como capital e que, decorrência inevitável, *há uma apropriação de sobretrabalho alheio*. Marx, referindo-se ao lucro, associa-o à simples apropriação de sobretrabalho alheio, "originando-se da circunstância de os meios de produção se converterem em capital, isto é, se tornarem estranhos aos produtores reais, de se oporem, como propriedade alheia, a todos os indivíduos efetivamente ocupados na produção, do dirigente até o último dos assalariados"<sup>2</sup>.

O primeiro fato então a ser destacado nesta primeira abordagem diz respeito à apropriação de uma fração do sobretrabalho por uma parte da população, a parte que ocupa o aparelho de Estado, a parte que tem privilégios especiais, a parte que se beneficia da separação entre os meios de produção e os produtores diretos. A esta parte da sociedade — a classe dominante —, passaremos a chamar de burocracia. Se esta apropriação não é privada, se a parte do sobretrabalho apropriada é pequena, isto não muda em nada o fato de que há uma apropriação. Se os indivíduos que compõem esta parte da sociedade são ou se consideram marxistas, comunistas, socialistas etc., isto não muda nada do que diz respeito à função social que eles exercem. As crenças e as opções políticas dizem respeito à consciência de cada um. Se eles querem ou pretendem representar a classe operária, também não muda nada. O que se passa na cabeça deles é muito mais um problema da beça deles do que da Sociologia ou da Psicologia

nomia. Se a maioria deles é bem intencionada e se esforça por fazer algo positivo, também não muda nada.

Em segundo lugar, realçaremos o fato de a estrutura econômica chinesa responder às necessidades materiais sempre crescentes do povo. A melhoria das condições de vida do povo desde a liberação e mesmo desde antes, nas regiões sob controle dos comunistas, é um fato inegável. Esta tendência é uma constante na República Popular. Constatamos assim que, a partir de 1949, houve uma libertação das forças produtivas.

Finalmente chamaremos a atenção para o fato de a estatização dos meios de produção estar à raiz do seguinte: o capital na China reveste-se diretamente de uma forma de capital social, em oposição ao capital privado. O capital, enquanto propriedade privada, está suprimido. O capital é reconvertido em propriedade diretamente social.

O objetivo então da produção nesta formação sócio-econômica (onde o capital está estatizado, onde se preserva a separação entre os produtores diretos e os meios de produção) é, em primeiro lugar, a apropriação da mais-valia por intermédio da produção planificada (mas a produção nesta sociedade deve atender também a outros objetivos, como veremos). A planificação da produção tem efeitos sociais (psicossociais) que vão muito mais além do que a simples organização e planejamento da produção. Vejamos por quê.

Na medida em que a parte mais importante da circulação (os meios de produção e, de certa maneira, os grãos) é realizada pelo plano (e não pelo mercado), podemos entender que a estatização (condição de realização do plano) enfraquece a fetichização da mercadoria. No sistema capitalista, as relações sociais tomam inevitavelmente a forma de relações entre as coisas e só podem ser expressas através das coisas. No sistema chinês, com a coexistência do mercado e do plano, as relações sociais começam a ser desvendadas, começam a aparecer como relações entre os homens. Isto vai explicar por que este sistema não tem a mesma materialidade<sup>3</sup> existente no modo de pro-

dução capitalista. O que não quer dizer, entretanto, que a materialidade desapareça neste sistema de produção. Ela continua existindo, pois a mercadoria é uma relação ainda viva na sociedade chinesa nesta segunda metade do século vinte. Contudo, o plano cria uma relação mais direta entre os homens, entre o que eles produzem e o que é necessário para a reprodução das forças produtivas (aí incluída a reprodução da força de trabalho); assim, o plano cria uma relação mais direta entre a burocracia (hierarquia superior do partido e do Estado) e o povo (a classe operária e o campesinato). Pode-se dizer que a relação existente entre a prática de produção e as necessidades assume um caráter muito mais imediato.

A apropriação coletiva dos meios de produção dá à burocracia o poder de decisão sobre a determinação da mais-valia; o Estado intervém permanentemente no processo de valorização do capital. A burocracia pode se apropriar do sobretrabalho durante o processo de produção.

Entretanto, *como as relações de produção são imediatamente políticas*, as possibilidades de apropriação e a utilização do sobretrabalho terão um limite; a burocracia não poderá se apropriar do sobretrabalho ao ponto de reduzir as condições de vida do povo aos limites da sobrevivência; da mesma forma, ela não poderá, por exemplo, utilizar todo o excedente na defesa nacional (A defesa nacional é um interesse do povo, mas ela está ligada também ao desejo da classe dominante de transformar a China em grande potência.).

A base econômica desta sociedade (a separação entre a força de trabalho e os meios de produção e a estatização da economia) é o fundamento objetivo que vai explicar que neste sistema as determinações políticas prevalecem. Daí, podemos avançar que o sistema chinês funciona na base da correlação de força entre a classe dominante e as classes dominadas. Isto obriga a classe dominante a manter um controle estreito sobre o povo (o tutelamento da população); porém, e isto é muito importante, obriga-a também a satisfazer

às necessidades materiais sempre crescentes dos explorados. A satisfação das necessidades sempre crescentes do povo é, portanto, uma relação social decorrente da estatização dos meios de produção.

Estamos agora em condições de dizer que, na China, *a apropriação do sobretrabalho pelos dirigentes está condicionada à satisfação das necessidades materiais sempre crescentes do povo*. É assim que se apresenta a relação entre os detentores dos meios de produção e os possuidores da simples força de trabalho. É assim que se apresenta a relação de produção determinante do principal modo de produção da China Popular. A fim de fixar idéias, passaremos a chamar este modo de produção de modo de produção burocrático. Por uma questão de coerência, a relação de produção correspondente será chamada de relação de produção burocrática.

"O modo de produção capitalista satisfaz às necessidades sociais, tais como estas são definidas pelo processo de valorização dos meios de produção. A exploração da força de trabalho é, por este fato, uma necessidade social, um elemento absolutamente necessário à reprodução das relações de produção capitalistas."<sup>4</sup> Diremos que, na China, a satisfação das necessidades materiais sempre crescentes do povo é uma necessidade social, vale dizer, um elemento absolutamente necessário à reprodução das relações de produção. Por necessidades materiais, compreendemos aquelas que se apresentam diretamente ao povo (bens de consumo), as que se apresentam indiretamente (bens de produção) e também aquelas que se apresentam à nação considerada no seu conjunto (o exemplo mais típico é a defesa nacional).

Com relação ao campo, diremos que a essência das relações estabelecidas hoje entre a classe dominante e o campesinato reside precisamente no açambarcamento, pela burocracia, do excedente do trabalho dos produtores diretos, por intermédio 1) da compra de grãos a preços definidos pelo Estado e 2) da diferença entre os preços dos produtos agrícolas e os preços das máquinas

agrícolas (e isto ocorre apesar da política governamental, que consegue manter sob controle a diferença entre os preços dos produtos industrializados, cuja tendência é aumentar, e os preços dos produtos agrícolas).

Uma outra necessidade social da formação econômica chinesa é o desenvolvimento das forças produtivas. Este desenvolvimento corresponde a três imperativos do sistema: 1) permitir a apropriação de uma parte do sobretrabalho, sem que com isto fique prejudicada a satisfação das necessidades populares; 2) permitir a satisfação das necessidades crescentes do povo; e 3) satisfazer as necessidades de crescimento do Estado e do capital social (contribuindo assim para a própria reprodução do sistema).

Em resumo:

1 — A estatização dos meios de produção (1956) não se acompanhou de um controle progressivo dos produtores imediatos sobre seus meios de produção.

2 — A impossibilidade histórica da supressão da separação entre a força de trabalho e os meios de produção se resolveu por uma apropriação coletiva destes meios pelos burocratas (assim, os meios de produção continuam sendo capital, e os burocratas açambarcam uma parte do sobretrabalho).

3 — A apropriação dos meios de produção pelos burocratas vem acompanhada de dois fenômenos que tendem a enfraquecer a materialidade do sistema: a) a regulação da produção pelo plano; e b) a regulação política da constituição da mais-valia.

4 — Do que acabamos de ver, resulta: a) o poder aplica um rigoroso sistema de controle político e ideológico às populações; e b) as necessidades materiais sempre crescentes das massas são satisfeitas.

Observemos agora quatro outros aspectos das relações de produção burocráticas:

1) O sistema de propriedade, expressão jurídica das relações de produção<sup>5</sup>, é constituído pela propriedade coletiva dos meios de produção. No modo de produção capitalista, um burguês é proprietário dos meios

de produção, pois: a) ele pode transformar o capital constante em capital-dinheiro, pela venda de sua fábrica ou de suas máquinas; e b) ele se apropria do sobretrabalho (pode consumi-lo individualmente ou transformá-lo em capital). A propriedade coletiva dos meios de produção torna impossível a primeira transformação no interior do sistema; a operação só é possível por intermédio do comércio exterior. No que diz respeito à segunda operação (apropriação de uma parte do sobretrabalho), é um fato cada vez mais visível na China. O capitalista privado consome uma parte da mais-valia e reinveste o que sobra. O mesmo acontece com a burocracia, com a diferença de que esta — ao contrário do que se passa com o capitalista privado — não pode consumir (individualmente e produtivamente) todo o sobretrabalho.

A burocracia é proprietária coletiva dos meios de produção. Nos setores secundário e terciário, as relações jurídicas asseguram um monopólio quase completo ao Estado (e, por aí, à burocracia). No setor primário, a propriedade coletiva é assegurada por uma complexa combinação das relações jurídicas (ausência de propriedade privada da terra e monopólio estatal da compra da produção coletivizada) com a estruturação orgânica da sociedade, realizada pelo Partido Comunista. Na indústria, o "setor de propriedade do povo inteiro<sup>6</sup> com 97% dos imóveis, 63% do número de trabalhadores e 86% do valor global da produção industrial". No que diz respeito ao comércio, no "volume global de rendas a varejo, o setor de Estado (...) conta com 92.5% (...)". A respeito da agricultura, o panorama é muito diferente: "Com relação aos meios de produção, a parte da propriedade coletiva é de cerca de 90% das terras cultivadas e do equipamento de drenagem e de imigração e de aproximadamente 80% dos tratores e do gado de grande porte. A parte da propriedade do povo inteiro<sup>6</sup> é mínima."

É necessário acrescentar uma observação sobre o campo. Se é *mínima* a parte da propriedade que é juridicamente assegurada ao

Estado, a propriedade privada no campo é *inexistente*, do ponto de vista jurídico.<sup>8</sup> E não há nada de contraditório no fato de o Estado, na condição de instrumento social do desenvolvimento econômico, fazer figura de proprietário supremo. E não há nada de contraditório no fato de o Partido Comunista — o instrumento político encarregado da transformação e da organização da sociedade para a produção — se apresentar como o veículo viabilizador das relações sociais e de propriedade no campo.<sup>9</sup> Nestas condições, o indivíduo, isolado, não tem, de fato, nenhuma propriedade. E a relação de exploração estabelecida entre a burocracia e o campesinato se realiza pelo comércio: é o Estado que compra a produção e que detém o controle dos preços.

2) Com relação à divisão social do trabalho, podemos dizer que o modo burocrático de produção adapta todas as correlações herdadas das relações de produção capitalistas: "divisão por setores, entre indústria e agricultura; divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, tanto no seio da empresa — na oposição entre tarefa de concepção e tarefa de execução —, quanto de uma maneira mais geral na oposição entre a pesquisa e a produção; separação entre o laboratório e a oficina; separação entre a fábrica e a universidade"<sup>10</sup>. E, de uma maneira mais geral, o sistema preserva a divisão entre os políticos e os não políticos (partido/massas), a divisão entre o trabalho de direção da sociedade e o trabalho de transformação da natureza; em uma palavra, a divisão entre o trabalho de administração do capital e o trabalho diretamente produtivo.

3) A distribuição dos produtos se faz segundo a fórmula "a cada um segundo seu trabalho", e a avaliação do trabalho de cada um se faz pela produtividade. Uma boa produtividade ao nível de cada unidade de produção leva a um lucro; e a produtividade ao nível dos operários conduz aos prêmios (gratificação). O sistema de distribuição desigualitário constitui-se de oito escalões de salário<sup>11</sup> e de "cerca de trinta graduações da hierarquia de vencimentos dos

funcionários públicos"<sup>12</sup>. Um funcionário do Estado pode ganhar mais de dez vezes o salário de um operário principiante.<sup>13</sup>

Yao Wenyuan chegou à conclusão de que as normas de distribuição baseadas no trabalho de cada um, quer dizer, a organização da distribuição segundo critérios do Direito burguês, eram geradores de desigualdades. Estas desigualdades estariam à origem do aparecimento da "nova burguesia". "A existência da influência da burguesia e da influência do imperialismo e do revisionismo internacionais constitui a fonte política e ideológica do aparecimento dos novos elementos burgueses, e a *subsistência do direito burguês é a sua importante base econômica*."<sup>14</sup> Yao propõe, a partir desta análise, a diminuição do peso do Direito burguês. Esta análise, no nosso entender, não reflete a realidade abordada. Bettelheim a contesta também, porém com um raciocínio diferente do nosso. Voltaremos à questão mais adiante.

4) Não é necessário insistir demasiadamente: os meios de produção e a força de trabalho são separados no sistema chinês; se a burocracia pode lançar e realizar o processo de valorização do capital por intermédio da exploração do trabalho, isto se dá unicamente porque, proprietária das condições de trabalho, ela tem diante de si o trabalhador, que possui simplesmente sua força de trabalho.

Para terminar este capítulo, chamaremos a atenção do leitor para o seguinte: a apropriação dos meios de produção pela burocracia lhe dá o poder político, em detrimento do povo. Este poder não é, entretanto, absoluto: para mantê-lo é necessário que ela responda às necessidades materiais sempre crescentes do povo.

### O político é determinante

Os chineses foram os primeiros a colocar a questão da prioridade da política, do trabalho político, nas suas relações com as outras atividades. Eles formularam que a política deve estar no posto de comando durante o período de transição socialista. A revo-



lução cultural não pode ser compreendida fora deste quadro: a luta de classes, acirrada neste período, consiste na luta para colocar a política no posto de comando, em cada fábrica, em cada comuna popular, em cada escola, em resumo, no conjunto da sociedade.

É necessário, entretanto, fazer uma distinção entre colocar a política (a luta de classes e a disputa dos espaços de poder na sociedade) no posto de comando e o fato de que o político (o Estado, os homens do Estado, e a detenção do poder de Estado) está no posto de comando nesta sociedade pós-revolucionária. Isto equivale a dizer que este sistema pós-capitalista é organizado de tal forma que o político está no posto de comando, independentemente da política desenvolvida pelo governo. E é exatamente pelo fato de o político estar no posto de comando que Mao pôde definir que a prioridade deve ser consignada à luta de classes. Pela mesma razão (determinação do político em última instância), Deng Xiaoping pôde e pode estabelecer a prioridade para a produção.

Em um sistema social onde os meios de produção são estatizados, o excedente é apropriado pelo Estado, que o redistribui segundo critérios políticos, por intermédio da planificação feita pelo próprio Estado. Quando dissemos, logo acima, que o excedente é redistribuído, estamos fazendo uma abstração por demais livre do que acontece no sistema chinês: não tomamos em consideração a parte do excedente apropriada pelos membros (indivíduos) da burocracia.

Quando Istvan Meszaros analisa as sociedades do leste europeu, ele constata que "estamos doravante confrontados a um sistema de produção no qual a *mais-valia do trabalho é determinada politicamente* da maneira mais sumária, na base de critérios não econômicos (em definitivo, a sobrevivência do próprio Estado), que, em circunstâncias particulares, podem interromper ou reduzir o desenvolvimento das forças produtivas"<sup>15</sup>. É necessário acrescentar que este sistema pode, além do mais, acelerar até

um ponto máximo o desenvolvimento das forças produtivas (isto é o que, até certo ponto, está acontecendo na China das "quatro modernizações").

Se, em acréscimo ao que acabamos de expor, aditarmos o fato de que a sociedade chinesa tem um nível elevado de hierarquização, podemos ter uma idéia da importância da prioridade do político. As decisões não são tomadas no nível de cada unidade de produção<sup>16</sup>: referimo-nos às decisões econômicas e políticas que exercem uma influência no funcionamento global da sociedade (fixação da taxa de acumulação, repartição dos investimentos por setores; a apropriação e a redistribuição do excedente, em última instância). O Partido (e o Estado) controla o desenvolvimento (político, social e econômico) da sociedade em uma dimensão incomparavelmente maior do que na sociedade capitalista. Em resumo: no interior do sistema social chinês de produção prevalecem as determinações políticas.

A base econômica da China contemporânea vai explicar por que, neste sistema, a relação estabelecida entre as classes (dominante e dominadas) está marcada pela prevalência das determinações políticas. O elemento da base econômica diretamente ligado a esta característica da relação estabelecida entre as classes é, como vimos, a estatização da economia, nos quadros da separação entre a força de trabalho e os meios de produção.

O político representa o papel principal, repetimos resumidamente, na regulação da produção pela planificação e na regulação da constituição da *mais-valia*.

### As classes sociais

A partir da caracterização das relações de produção burocráticas, podemos delinear o perfil da composição de classes da sociedade chinesa contemporânea. A classe dominante é formada pela burocracia. Consideramos a burocracia uma classe, em primeiro lugar, pela posição bem definida que ela ocupa no aparelho de produção: ela de-

têm coletivamente os meios de produção; ela se apropria do sobretrabalho, ela decide sobre a aplicação do excedente. Encontramos, além disso, na burocracia as outras características de uma classe: unidade ideológica e comportamento político *grosso modo* homogêneo. A situação privilegiada da burocracia apóia-se sobre a propriedade coletiva dos meios de produção e sobre suas funções de dirigentes das atividades sociais, econômicas, militares e culturais.

Uma característica da burocracia que é necessário guardar, é que ela é nacional. Ela o é porque é proprietária coletiva do capital global nacional. Esta situação lhe permite privilegiar o equilíbrio global do desenvolvimento econômico, realizado no nível central. É evidente que o fortalecimento da centralização caminha junto com o fortalecimento da burocracia: toda a burocracia com uma só posição é uma burocracia mais forte. Mao preconizava um desdobramento diferente para a relação entre o centro e cada região: ele era partidário da autonomia e da iniciativa de cada província e de cada distrito. Liu Shaoqi se opunha à esta política por motivos pragmáticos de viabilização econômica. Ele defendia a centralização. Hoje, este privilégio dado à iniciativa central orienta as "quatro modernizações" e toda a política de desenvolvimento.

Engels, ao fim de sua obra *Do socialismo utópico ao socialismo científico* é bem explícito sobre a inutilidade social da burocracia. Ele diz que todas as suas funções sociais são, desde então, executadas por empregados remunerados.<sup>17</sup>

Um aspecto progressista do sistema burocrático consiste precisamente no seguinte: a extinção de toda classe supérflua. Hoje em dia, todas as classes na China têm uma função social. A classe dominante (os proprietários coletivos dos meios de produção: a burocracia) se compõe, assim, de funcionários do capital social, e a função deste capital é a direção do trabalho social, que é coletivizado à escala nacional. A estatização dos meios de produção e a vinculação — direta ou indireta — de toda força de

trabalho ao Estado conformam um quadro de cooperação entre os trabalhadores no qual o comando do capital se apresenta como uma necessidade para a execução do trabalho. A função de direção e de fiscalização, exigido por todo trabalho coletivo executado em grande escala, torna-se uma função do capital responsável por este trabalho. No caso que estudamos aqui (trabalho coletivizado em escala nacional), a função de direção torna-se uma função do capital social (capital estatizado).<sup>18</sup>

Esta função de direção é explicada por Marx: a direção do trabalho social ou coletivo deve preencher "as funções gerais ligadas ao movimento de todo o organismo produtivo, que difere do movimento de seus órgãos isoladamente considerados"<sup>19</sup>. Em seguida ele acrescenta que esta "direção exercida pelo capitalista não é apenas uma função especial, derivada da natureza do processo de trabalho social e peculiar a este processo; além disso, ela se destina a explorar um processo de trabalho social e, por isso, tem por condição o antagonismo inevitável entre o explorador e a matéria que ele explora"<sup>20</sup>.

Os funcionários do capital social, a burocracia, exercem uma dupla função: por um lado, direção do processo de produção coletiva, de onde tiram a legitimação de sua posição social; e, por outro lado, processo de extração da mais-valia.

A propriedade dos meios de produção, se ela continua sendo uma relação jurídica, ela encontra na China Popular uma justificação social<sup>21</sup> que ultrapassa o quadro de um simples valor ideológico (a propriedade privada ou, simplesmente, a propriedade): a propriedade destes meios vai para aqueles que o administram (na realidade, esta relação, que reflete a evolução histórica, é uma consequência — dialeticamente inevitável no quadro das relações burocráticas de produção — da relação inversa: o trabalho de administração do capital social vai para aqueles que detêm este capital).

No quadro que apresentamos acima (a classe dominante se compõe de funcionários do capital), torna-se mais fácil justifi-

car junto às massas a sujeição da força de trabalho. Sobre este problema, Marx registra o seguinte (no que concerne ao capitalismo, evidentemente): "O trabalho de direção e supervisão, quando não é função particular decorrente da natureza de todo trabalho social combinado, tem sua origem na oposição entre o proprietário dos meios de produção e o proprietário da mera força de trabalho. (...) Aquela função oriunda da própria sujeição do produtor imediato, é muitas vezes apontada para justificar essa relação (de sujeição) (...) "<sup>22</sup>. Este paralelo entre os dois sistemas de produção (o capitalista e o burocrático), no que diz respeito à justificação da sujeição da força de trabalho, é válido na medida em que o capital mantém sua dominação na China pós-revolucionária. De igual modo, tendo sempre presente a função de gestão do capital, a extração da mais-valia é apresentada como um pagamento deste trabalho. O fato de "o proprietário do capital explorar trabalho alheio e apropriar-se dele é com freqüência apresentado como o salário que lhe é devido "<sup>23</sup>. No caso ora em estudo há, com efeito, um salário devido à classe dominante correspondente ao pagamento do trabalho de administração do capital e de organização da sociedade. A mais-valia corresponde ao que ultrapassa este salário. Os elevados salários dos funcionários bem colocados na hierarquia social chinesa, se tomamos como referência o salário de um operário comum, só pode repousar sobre a exploração do trabalho alheio.

A classe dominante tem uma demarcação institucional bastante nítida. Os funcionários do capital são, *grosso modo*, os membros do Partido (com exceção de seus membros de base)<sup>24</sup> e do Estado (até o nível aproximado de direção de fábrica). Considerando-se que a base do Partido não consome mais-valia nem tem o controle dos meios de produção, ela não pode ser colocada do lado dos privilegiados. Utilizando os mesmos critérios, não podemos deixar de reconhecer o caráter privilegiado dos diretores de fábrica, mesmo se eles não pertencem ao Partido. Não há, evidentemente,

uma demarcação precisa entre a classe privilegiada e os explorados. Este fenômeno não é, aliás, uma novidade. Marx já o havia notado no capitalismo. "É sem dúvida na Inglaterra que a divisão econômica da sociedade moderna conhece seu desenvolvimento mais avançado e mais clássico. Todavia, mesmo neste país, a divisão em classes não aparece sob uma forma pura. Aí também, os estados intermediários e transitórios atenuam as demarcações precisas (muito menos, todavia, no campo do que nas cidades). "<sup>25</sup>

Apesar de sua unidade e de sua coesão interna (consequência mesmo de sua posição social), a classe dominante não é homogênea: as funções de direção geral da sociedade (PCC) não podem ser confundidas com a administração das fábricas e empresas. E se, a despeito destas diferentes funções, a classe dominante é una, não se pode esquecer que é o Partido Comunista que está, só, no poder.

A outra fração da classe dominante é privilegiada por este sistema mas não está no poder. A história da China já nos forneceu exemplos concretos onde uma classe privilegiada, em desenvolvimento, não chegou ao poder por ter sido submetida a medidas políticas coercitivas de um aparelho estatal forte, controlado diretamente pela classe dominante. "A história atesta a existência, em muitas das sociedades hidráulicas, de uma propriedade privada ativa e produtiva; mas a história mostra também que o desenvolvimento de uma tal propriedade não constituía para os regimes despóticos uma ameaça, pois os proprietários latifundiários, enquanto tais, estavam deliberadamente excluídos de toda organização e do poder político. "<sup>26</sup> A semelhança é flagrante. Os diretores de fábricas poderão aumentar o nível de seus privilégios, mas o poder lhes será sempre negado.

Outra hipótese pela qual esta fração poderia alcançar o poder é a seguinte: a transformação das relações de produção pelo nascimento de um capitalismo privado. Com efeito, há uma acumulação privada de dinheiro nas mãos deste setor (e ultima-



mente esta acumulação tem aumentado). A China tem, entretanto, uma longa tradição de repressão estatal, que sempre impediu o nascimento do capitalismo privado. Balazs vê "os germes do capitalismo [na China] em uma época tão recuada quanto a segunda metade do século VIII".<sup>27</sup> Ele precisa que, não podendo dar nenhuma data exata para o nascimento do capitalismo na China, é necessário procurá-la na dinastia Song (do século X ao XIII). Porém, acrescenta, o capitalismo chinês sempre foi estatal, o capitalismo privado era marginal e efêmero.<sup>28</sup>

Da mesma maneira que ontem, dois mecanismos asseguram hoje esta impossibilidade (a do nascimento do capitalismo privado): a) o Estado tem (e tinha) mecanismos que lhe permite (e lhe permitia) ter o controle e monopolizar toda inovação técnica; b) a coação estatal torna (e tornava) impossível a transformação da acumulação primitiva privada de dinheiro em capital produtivo. Balazs registra alguns exemplos da constituição de um capital industrial privado (do Médio Império até o fim dos Qing) no domínio da exploração do ferro, do cobre, do sal etc. Ele registra igualmente que, sob a pressão da classe dirigente, os lucros acumulados com o sal foram gastos no consumo individual ou no investimento latifundiário.<sup>29</sup> "Mas talvez o fator supremamente paralizante fosse o prestígio arrasador da burocracia do Estado, que mutilava desde o início toda tentativa, da parte da burguesia, de ser diferente, de tomar consciência dela mesma enquanto classe e de lutar por se assegurar uma posição autônoma na sociedade."<sup>30</sup> Eis as razões que nos obrigam a concluir que o Partido Comunista Chinês (sua hierarquia superior) está em condições de deter, sozinho, o poder.

Na medida em que há uma separação entre os meios de produção e os produtores diretos, estes últimos só possuem mesmo sua força de trabalho e são assim obrigados a vendê-la. Entretanto, quando a força de trabalho entra no mercado, ela é uma mercadoria especial, pois está submetida a certas imposições (ao passo que no modo capitalista de produção tanto o comprador

quanto o vendedor da força de trabalho agem livremente<sup>31</sup>). Em primeiro lugar, a mobilidade e o preço da força de trabalho não obedecem às leis da oferta e da procura, mas são condicionados pela planificação (que, evidentemente, é projetada levando-se em consideração aqueles fatores). O caráter especial desta mercadoria, porém, é, antes de mais nada, dado pelo fato de ela se valorizar constantemente, em consequência da necessidade que o sistema tem de melhorar continuamente o nível de vida das massas.

Em relação ao campesinato, deve ser destacado um fato notável no que diz respeito ao seu futuro. Como Poulain nota muito bem, o Estado sempre *comprou* o excedente agrícola em lugar de o confiscar. Este é o primeiro ponto a ser retido. Um segundo ponto importante é a ausência de propriedade privada da terra. Se associamos estes fatos à necessidade do sistema de aumentar o nível de vida do povo, podemos concluir que é inevitável a industrialização do campo, o que está sendo, aliás, confirmado pela realidade.<sup>32</sup> A importantíssima implicação da industrialização do campo é a transformação da classe camponesa em operários (agrícolas).

## A superestrutura

### O Partido

O Partido Comunista Chinês é a instituição mais importante da superestrutura chinesa, colocando-se acima do aparelho do Estado. Ele é a instituição que dá direção política à sociedade e que é responsável pela direção do aparelho de administração econômica.

A fração mais importante da classe dominante chinesa está estruturada organicamente pelo e no PCC. Este é, desta forma, o lugar privilegiado onde a burocracia se organiza. O Partido — transformado em um instrumento de dominação — dirige, organiza, controla e modela o Estado. As funções do Partido Comunista não se esgotam, entretanto, nos assuntos exclusivos do Es-

tado: ele organiza a sociedade (na estrutura do Estado) e, assim fazendo, "consome" os demais modos de produção. O Partido realiza esta transformação (organização da sociedade) e se encarrega de mantê-la organizada. O trabalho político aparece, pois, como um meio de realização das tarefas sociais (transformação e organização da sociedade para a produção), e o PCC é o instrumento, o agente que possibilita o cumprimento das tarefas acima indicadas. Nada impede que o Partido (o seu Comitê Central, em última instância) seja também, e simultaneamente, o idealizador e dirigente desta transformação. O Partido, reunindo as funções de idealizador, dirigente e executor das tarefas sociais, mantém com a sociedade uma relação equivalente à de sujeito para objeto.

Na qualidade de núcleo da coesão social, política, ideológica e econômica, o Partido garante a harmonia e a ordem social, condições da segurança pública, da produção, do comércio, de uma vida regrada e mesmo da vida de um modo geral. Os membros do Partido participam de todos os domínios da sociedade chinesa. O Partido Comunista está presente em todas as unidades de produção, no Exército Popular de Libertação, nos organismos de massa etc. Não há nenhuma expressão da vida pública que escape à intervenção oficial; a iniciativa privada é inibida e reprimida. Não se pode encontrar nenhum setor da população que conserve a sua independência pessoal e econômica.

O Partido tem o controle total das informações; o povo não é informado do que é discutido nas reuniões do Comitê Central; somente as informações que lhe dizem respeito enquanto peças da estrutura econômica lhe são dadas. É significativo que acontecimentos como a queda e morte de Lin Biao até hoje ainda são desconhecidos. Bettelheim observa com muita clareza que o "hermetismo mesmo de certas lutas traz o fato de que seus protagonistas não se interessam a que as massas realmente participem delas".<sup>33</sup> O segredo bem como uma linguagem codificada, que só os membros

do Partido compreendem, são práticas que deixam o povo na impossibilidade de ter uma visão de conjunto dos problemas da sociedade. Quando se tem a informação, tem-se a condição de tomar uma posição independente ou, pelo menos, de se opor a uma resolução. O Partido, guardando as informações, reserva a si as possibilidades de decidir.

O Partido Comunista Chinês pretende ser a vanguarda do proletariado armada do marxismo-leninismo: assim ele encontra uma legitimização ideológica de seu poder.<sup>34</sup> A auto-afirmação do Partido, enquanto vanguarda do proletariado, tira a sua legitimização de duas concepções destituídas de fundamento concreto. Em primeiro lugar, a existência de *uma só* vanguarda para a classe operária. Se o PCC fosse realmente uma vanguarda da classe operária (abordaremos esta questão no próximo parágrafo), faltaria provar que ele é a única vanguarda existente e/ou possível. Este princípio (a classe operária se dota de uma só vanguarda) é ideológico (uma representação idealista, abstrata) e carece de embasamento real, pois, tal como acontece com as outras classes, "a classe operária não é nem um todo, nem uma, nem homogênea, nem desprovida, não se sabe por qual milagre, de contradições internas. Ela tem em comum, é verdade, a exploração sofrida por todos os trabalhadores da indústria (que a distingue da exploração sofrida pelo campesinato e pela pequena burguesia), mas suas condições de trabalho e de vida variam, a resistência à hegemonia burguesa que a cerca, varia segundo a concentração da produção e os resultados históricos das lutas, o que explica a variedade das reações políticas e a desigualdade da consciência de classe."<sup>35</sup> Este dogma (a classe operária é uma, logo, ela se dota de um só destacamento de vanguarda) permite ao Partido se legitimar na qualidade de único representante do proletariado.

Entretanto, o que é mais importante ainda é que o Partido — esta elite política — não é uma parte (a parte mais consciente, a vanguarda) do proletariado: durante a

luta revolucionária, o proletariado — minoritário na China — estava desmobilizado (desde 1927) e não participou, de corpo presente, do processo revolucionário; depois da tomada do poder, a dinâmica da história chinesa, ao manter a separação entre os meios de produção e a força de trabalho, impediu a integração social dos comunistas, vale dizer, uma integração tal que uma só classe subsistisse: o proletariado (que comportaria também os comunistas, na qualidade de vanguarda).

A superestrutura comporta um só partido político. A existência de um só partido não é absolutamente devido a contingências históricas ou sociais que existiriam independentemente da base econômica da sociedade. Do mesmo modo que o Estado forte não é um acaso neste sistema, a presença na superestrutura chinesa de uma só formação política é uma imposição inevitável das atuais relações sociais de produção. A regulação política do plano e da mais-valia (e, em consequência, o estreito controle sobre o povo) situa-se na base do monolitismo político, caracterizado pelo partido único. Isto equivale a dizer que a onipresença da burocracia e a recusa desta última a aceitar uma oposição conformam um quadro político e social que deixa espaço para um só partido. O fato de o espaço político chinês só comportar uma organização partidária é devido também ao Partido se situar acima do Estado: numa estrutura social hierarquizada como a que estudamos, o vértice centralizador não pode deixar de ser único.<sup>36</sup>

Isto posto, é necessário ver que neste sistema social, onde prevalecem as determinações políticas, o consenso, tanto no interior da burocracia quanto nas suas relações com o povo deve ser preservado, sob pena de ser abalado o equilíbrio mesmo do sistema. A oposição radical não é permitida, nem do lado da burocracia (ver, entre outras, as onze "lutas entre as duas linhas"), nem do lado do povo (os exemplos são numerosos). A onipresença da burocracia e a recusa desta em aceitar uma oposição (consequências, já o vimos, da natureza política

das relações dominantes neste sistema) são fatores que vão impor à classe dominante a adoção de uma forma totalitária de governo. No mesmo sentido, podemos dizer que o regime político chinês tende a ser repressivo.<sup>37</sup> A autoridade do Partido é questionada quando o próprio sistema é questionado, como foi o caso durante a revolução cultural.

Outro exemplo bem ilustrativo do que acabamos de expor foi como o Partido enfrentou a onda de democracia que invadiu a China no final de 1978 e início de 1979. A fim de controlar a campanha de dazibaos sobre o "muro da democracia" e as manifestações na Praça Tiananmen, o *Diário do Povo* (órgão oficial do PCC), de 21 de dezembro de 1978, publicou um artigo no qual transparece de modo inequívoco o que acabamos de apresentar. Fica evidente também neste artigo a consciência que o Partido tem sobre este assunto. O *Diário do Povo* diz que "a luta pela democracia deve ser levada sob a direção do Partido. (...) Sem a direção única do Partido e sem a proteção do Estado, a luta espontânea das massas só dificilmente pode ser vitoriosa. A influência de idéias não proletárias existe no seio das massas e, na falta de uma direção do Partido (...), tendências à anarquia e ao ultrademocratismo aparecem facilmente. Reforçar a direção única do Partido constitui uma condição prévia à luta pela conquista e pela defesa da democracia."<sup>38</sup>

Dando continuidade à campanha contra a "primavera de Pequim", a imprensa oficial fez propaganda dos limites além dos quais não se poderia ir. Trata-se dos "quatro princípios fundamentais: o papel dirigente do Partido, a ditadura do proletariado, o apoio ao regime socialista, a fidelidade ao marxismo-leninismo e ao pensamento de Mao Zedong". É bem visível a relação imediata entre o político e o social: o que é necessário impedir era um questionamento da estrutura social.

### O Estado

O Estado chinês contemporâneo é uma instituição edificada pelo Partido Comunis-

ta Chinês após a sua vitória sobre o Guomindang.

Por ocasião da tomada do poder, os comunistas já haviam vivenciado a experiência da guerra: o Exército Popular de Libertação tinha sido o instrumento social que havia organizado as massas revolucionárias e havia derrubado o antigo poder. Para a nova luta — o desenvolvimento econômico —, era necessário criar um novo instrumento; é o que indicava a experiência histórica. Este instrumento, o Estado, foi criado, e na sua edificação se utilizou muito o antigo instrumento — o Exército. Este último teve que se adaptar ao novo perfil da sociedade, cujo centro das preocupações tinha se deslocado do poder em direção aos imperativos materiais de existência.

A transformação social (com o objetivo de alcançar uma nova organização social) da China era uma tarefa que dependia, em primeiro lugar, do instrumento político, o PCC. Esta tarefa ia se realizando na medida em que o Estado se estruturava: *a nova organização social se edificava com o e no interior do Estado*. O Estado nasceu, assim, como *o instrumento social do desenvolvimento econômico*.

A fusão do político (o Estado, os membros do Estado) e do econômico ou, o que vem a dar no mesmo, a não exterioridade do econômico em relação ao político é típico das relações burocráticas de produção. A não exterioridade do econômico em relação ao político significa que toda manifestação econômica da sociedade se faz no interior do político. A estrutura econômica se situa no interior do Estado.<sup>39</sup> O enfrentamento das tarefas sociais (trabalho de transformação e de organização da sociedade para a produção) toma assim uma *forma política* (estatal). A formação social chinesa atual é assim caracterizada pela oposição entre o Estado e o povo, e a classe dominante se confunde com o aparelho de Estado.

Uma segunda característica — e nisto vemos uma semelhança com o modo de produção asiático<sup>40</sup> — consiste no seguinte: o Estado tem funções econômicas e sociais

(a organização do trabalho, a administração das empresas, a posse das condições de trabalho etc.) que participam da definição do modo de produção, o que não o impede de ser também uma superestrutura. Na sua ação o Estado edifica e entretém a base necessária das forças produtivas, essencialmente barragens, aterros e organização do território de um modo geral; ele organiza o trabalho e instala grandes complexos produtivos. Este último ponto era especialmente importante antes da ruptura com os soviéticos; ultimamente, ele volta à cena com as "quatro modernizações". As grandes fábricas ocupam um lugar de destaque na estrutura econômica e social chinesa.

Chamaremos o Estado chinês de burocrático, porque sua política beneficia, em última instância, a burocracia. Vale dizer, as transformações sofridas pela sociedade, como consequência da intervenção deste Estado, reforçam a base (econômica) deste Estado. O Estado, na sua ação integradora e produtiva, reproduz diretamente as relações burocráticas de produção.

O Estado assimila, adaptando-as, certas características apresentadas acima e próprias da burocracia. O equivalente estatal da recusa burocrática à oposição e a transferência aos domínios estatais da onipresença da burocracia provocam consequências extremamente importantes e abrangedoras: nenhuma manifestação econômica (privada ou social) exterior à estrutura estatal passa despercebida ou é aceita sem maiores problemas.<sup>41</sup> Isto quer dizer em primeiro lugar que todas as outras formações econômicas e sociais devem ser destruídas pela incorporação de populações ao Estado, às funções econômicas do Estado (esta incorporação é, o leitor me desculpe a insistência, o resultado da ação política do Partido). Isto quer dizer também que a força de trabalho de toda a sociedade está incorporada ao Estado.<sup>42</sup> Assim, diga-se de passagem, o controle dos trabalhadores pela burocracia torna-se possível; assim, a burocracia pode debelar, desde a sua primeira manifestação, toda forma de oposição.



Do que acabamos de ver sobre a superestrutura, conclui-se que o Estado forte na China Popular não é obra do acaso, mas sim, sem nenhuma sombra de dúvida, o resultado inevitável das relações estabelecidas entre os chineses com vistas à produção. "É sempre na relação imediata entre o proprietário dos meios de produção e o produtor direto (...) que se deve procurar o segredo mais profundo, o fundamento escondido de todo edifício social e por conseguinte da forma política que toma a relação da soberania e de dependência, numa palavra, a base de forma específica que reveste o Estado em um período dado."<sup>43</sup> Na medida em que entendemos o Estado forte na China a partir da relação imediata que os proprietários das condições de produção mantêm com os produtores diretos, não é necessário apelar para as contingências históricas internas, mais ou menos favorecidas por uma certa conjuntura internacional agressiva (o que não impede que esta conjuntura tenha existido — e ainda exista, se bem que com outros ingredientes —, mas esta conjuntura por si só não pode explicar a existência do Estado forte).

### *Uma sociedade monolítica*

O conjunto de fenômenos estruturais que acabamos de ver, vai explicar que a China contemporânea é uma sociedade organicamente integrada para a produção; o núcleo de coesão é o aparelho do Partido Comunista e a estrutura de integração é o Estado. O Estado não exerce, porém, a sua função integradora somente através da produção. O Estado integra secundariamente a sociedade através da organização da defesa nacional, as milícias populares.<sup>44</sup> Estas últimas são organizadas em função dos agrupamentos orgânicos da sociedade: a partir das comunas populares no campo, a partir das empresas ou dos bairros nas cidades e a partir das administrações.

A atividade política e ideológica do Partido, de um lado, e, do outro, a integração social realizada pelo Estado e orientada pa-

ra a produção fazem da China uma sociedade monolítica.

*Monolitismo político.* Caracteriza-se pelo partido único, em simbiose com o seu principal instrumento (o Estado). Se a sociedade é politicamente monolítica, isto não quer dizer que ela não apresenta contradições políticas. Mas, porque ela é monolítica, o aparecimento de uma contradição política no nível do Estado ou do Partido cria imediatamente uma crise; e a emergência pública de uma contradição exterior ao Estado ou ao Partido é resolvido pela persuasão, pela reforma ou pela reeducação.<sup>45</sup>

*Monolitismo econômico.* O Estado, na qualidade de instrumento econômico dominante (com um potencial de tornar-se exclusivo) integra toda a força de trabalho; ele faz a mão-de-obra (braçal e intelectual) entrar em um conjunto orquestrado por ele. A não exterioridade do econômico com respeito ao político impede o aparecimento de atividades econômicas que não estejam reguladas, conduzidas ou, pelo menos, controladas pelo Estado.

*Monolitismo dos aparelhos ideológicos de Estado.* Os AIE são organicamente integrados ao Estado, e toda iniciativa privada no sentido de ativar um AIE é imediatamente reprimida. Os AIE só difundem a ideologia oficial, a da burocracia: ao contrário do que se passa sob o capitalismo, os AIE da China Popular não são investidos pela luta de classe proletária, eles estão ao abrigo desta luta. A sociedade não é, contudo, ideologicamente monolítica; isto quer dizer que, mesmo que a ideologia dominante seja a da burocracia (e mesmo que esta ideologia seja a única a ser difundida pelos AIE), a sociedade tem em seu seio as ideologias correspondentes às suas classes, bem como as ideologias ainda sobreviventes das classes desaparecidas. Estes são, com efeito, os alvos privilegiados dos aparelhos ideológicos de Estado. E se no sistema capitalista é suficiente que o indivíduo tenha uma prática integrada ao sistema, no sistema chinês é necessário, além disso, que o indivíduo seja a favor do papel dirigente do Partido,



*a favor* da ditadura do proletariado, *a favor* do socialismo e *a favor* do marxismo-leninismo e do pensamento de Mao Zedong.

**Monolitismo social.** Este modo de produção tende a transformar todos os elementos sobreviventes das antigas relações de produção, de tal maneira que, mais cedo ou mais tarde, toda produção seja feita segundo o modo burocrático; o desdobramento deste modo de produção conduz à resolução da contradição operário x camponês, e então estaremos diante do que Lênin chamou de *trabalhadores*.<sup>46</sup> Nestas condições, as contradições sociais se reduzirão a uma só: burocracia x trabalhadores. Este modo de produção não admite que populações (historicamente pertencentes ao mesmo país) possam viver em autarquias. O Estado chega e integra-as. O monolitismo social não significa que a sociedade não guarde contradições sociais em seu seio. Ela as tem. Contudo, a sociedade chinesa se encontra em um estado onde o nível de agregação é bem elevado.<sup>47</sup>

### A reprodução das relações de produção

“Em teoria, não há dúvida de que um certo período de transição se situa entre o capitalismo e o comunismo. Ele deve necessariamente reunir os traços ou particularidades próprios a estas duas estruturas econômicas da sociedade. Este período de transição não pode deixar de ser uma fase de luta entre a agonia do capitalismo e o nascimento do comunismo...”<sup>48</sup> A transição é então caracterizada pela existência de duas relações de produção: uma que se enfraquece, e outra que desabrocha. Esta última ganha terreno sobre a outra no nível econômico, social, ideológico e político. Na China, em lugar de uma luta entre o capitalismo e o comunismo, da afirmação do modo comunista de produção, o que se vê é a reprodução, em todos os níveis, de relações estáveis de produção. Esta reprodução diz respeito ao econômico, ao social, ao ideológico e ao político.

Um modo de produção realiza uma produção tendo em conta as suas necessidades

sociais. Se ele não satisfaz as necessidades sociais, não pode viver nem um minuto; para se reproduzir, ele deve assegurar a sua própria reprodução e a reprodução material da sociedade. Althusser explica que “para existir, toda formação social deve, ao mesmo tempo que ela produz, e para poder produzir, reproduzir as condições de sua produção. Ela deve então reproduzir: 1) as forças produtivas; 2) as relações de produção existentes.”<sup>49</sup> As necessidades deste sistema são: a exploração da força de trabalho e a satisfação das necessidades materiais do povo. Esta formação sócio-econômica deve então atender estas duas condições, ao mesmo tempo em que desenvolve as forças produtivas.

Como a dominação econômica e a dominação política se sobrepõem, o Estado burocrático intervém sobre as relações de dominação (e sobre as relações de produção) de uma maneira imediata: isto quer dizer que esta intervenção é *decisiva* para a reprodução do sistema. Neste, a defrontação entre a força de trabalho e os meios de produção é então diretamente política, e o Estado deve sair sempre vencedor, sob pena de ver abaladas as relações de dominação (e de produção) com prejuízo para a própria dominação da burocracia. Assim, o Estado controla o proletariado a cada instante, tanto no local de trabalho, como no de moradia e lazer. Do outro lado, diante da onipresença do Partido, o proletariado defronta a classe dominante em todos os lugares de sua existência (Defrontar: se submeter ou lutar.).

Isto dito, passaremos aos outros mecanismos de reprodução das relações de produção. Para tal, tomaremos emprestada a excelente síntese de Meszaros, que diz que, mesmo limitada, a dominação do capital continua existindo “nas sociedades pós-revolucionárias por intermédio: 1) dos imperativos materiais, que condicionam a totalidade dos processos da existência; 2) da divisão social do trabalho herdada, que, a despeito de modificações justificadas, contradiz ‘o desenvolvimento das livres individualidades’; 3) da estrutura objetiva do

aparelho de produção disponível (inclusive tudo que é máquina) e da forma historicamente desenvolvida ou limitada do conhecimento científico: uma e outra outrora produzidas no quadro da produção capitalista e em circunstâncias ditadas pela divisão social do trabalho ...".<sup>50</sup> O autor completa a sua síntese chamando a atenção para as ligações e interconexões destas sociedades com o sistema global do capitalismo, fato que, a nosso ver, passa a ter importância na China somente após a morte de Mao e a conseqüente mudança de rumos na política de desenvolvimento.

É necessário enriquecer esta questão com pelo menos mais duas observações, que dizem respeito às condições gerais da reprodução concreta desta formação sócio-econômica. Referimo-nos à lei do valor (e suas vinculações com o direito burguês) e à ideologia.

A lei do valor continua existindo na China Popular. Mesmo se ela não se manifesta pela variação de preços, ela se apresenta sob a forma de penúria.<sup>51</sup> A lei do valor está ligada à sobrevivência das mercadorias e a seu corolário, o fetichismo da mercadoria (as relações sociais se exprimem através das coisas; a "coisificação" das relações entre os homens). Este fetichismo tende a reforçar a materialidade do sistema, o que contribui para a reprodução das relações de produção. Uma outra maneira de apresentar o mesmo problema é examiná-lo em termos de valor de uso e de valor de troca; o raciocínio de Zhang Chunqiao fazia prevalecer a lógica do valor de uso em relação ao valor de troca. Estamos de acordo com Zhang sobre a questão de princípios: durante o período de transição é necessário criar as condições objetivas e subjetivas, a fim de fazer prevalecer a lógica do valor de uso sobre o valor de troca e, assim, limitar a influência da lei do valor e diminuir o peso do direito burguês (onde as normas de distribuição se baseiam no trabalho de cada um.<sup>52</sup>) Entretanto, as condições econômicas e sociais da época — o recuo histórico nos permite dizê-lo — estavam longe de atrair

para a realidade concreta este problema, ainda teórico, da transição ao socialismo.

A proposta de Deng Xiaoping, hoje em aplicação, é oposta a de Zhang Chunqiao. A preocupação da equipe que hoje dirige o país é aumentar o peso da influência do direito burguês. Paralelamente a isto, a divisão social do trabalho é estimulada (assim, o fetichismo da produção aumenta), e o peso do valor de troca é reforçado (assim, o fetichismo da mercadoria se desenvolve). A conjunção destes fatores, que estão em permanente interligação, faz aumentar a materialidade do sistema, dando à burocracia uma maior margem de manobras nas suas relações com o povo. Esta situação mais favorável permite-lhe decidir mais livremente sobre o reinvestimento do excedente e também se apropriar de uma fração maior do sobre-trabalho.

Vejamos outro mecanismo usado pelo sistema, a fim de se reproduzir a ideologia. Seu papel é muito importante: a fraca materialidade do sistema chinês e a importância das determinações políticas neste sistema dão um lugar todo especial à superestrutura ideológica desta sociedade, com o objetivo de assegurar a reprodução das relações de produção. A ideologia vem justamente para preencher o buraco deixado pela fraqueza da materialidade do sistema; ela visa também melhorar a situação da burocracia no seu permanente enfrentamento com o povo.

A propósito dos aparelhos ideológicos de Estado, faremos algumas observações sintéticas e provisórias. O principal aparelho ideológico é, sem sombra de dúvidas, o AIE político. Um sistema em que prevalecem as determinações políticas, em que o PCC se confunde com o aparelho de Estado, em que o Partido está presente em todos os domínios da vida etc. — este sistema tem, necessariamente, como principal aparelho de sujeição das massas o AIE político. É necessário destacar também o AIE escolar, o AIE da informação (imprensa e rádio etc.) e o AIE cultural. "Sabe-se que o sistema de reprodução do saber está à base da manutenção não somente dos conhe-

cimentos, mas também da cultura, do que os jovens aprendem a considerar como a norma."<sup>53</sup> Neste sentido, a estabilização da relação entre a burocracia e o povo se faz também por intermédio da detenção do saber político (como gerir a sociedade) e do saber técnico (como transformar a natureza).

Para terminar este ponto, é necessário acrescentar uma palavrinha sobre o aspecto jurídico da superestrutura social. Deliberadamente, ainda não nos referimos a esta questão. Na especificidade da sociedade chinesa, o papel jurídico da superestrutura é desprezível diante de seus aspectos político e ideológico. Melhor, o jurídico depende destes dois. Não há uma "legalidade socialista" na China que vá além da codificação das bases mesmas do sistema: o papel dirigente do Partido, a ditadura do proletariado, o apoio ao regime socialista, a fidelidade ao marxismo-leninismo e ao pensamento de Mao Zedong. A centralização ideológica e política "implica que a China Popular prescinde quase tanto quanto a China clássica de leis e regulamentos. Como outrora, uma lei penal preventiva protege a ordem social, sancionando os crimes contra-revolucionários, cuja qualificação pode ser inclusive tão facilmente atribuída quanto aquelas dos antigos crimes ditos de impiedade, que eles substituem na ausência de nosso princípio *nulla poena sine lege*."<sup>54</sup>

### Capitalismo ou burocratismo?<sup>55</sup>

A estatização dos meios de produção concentra, em um nível absoluto, estes meios que estavam antes disseminados, sem que com isto seja ultrapassada a separação entre estes meios de produção e o trabalho. A estatização, ao contrário do que é dito oficialmente, assegura a continuidade desta separação em novas formas de exploração da força de trabalho. Assim, o trabalho conserva sua qualidade de trabalho assalariado, se bem que com outras características,<sup>56</sup> e os meios de produção conservam sua qualidade de capital. Nestas condições, a divisão social do trabalho no

sistema burocrático e no capitalismo não são muito diferentes entre si. O primeiro adapta a divisão social do trabalho historicamente desenvolvida pelo capitalismo.

O parágrafo acima resume, muito brevemente, as semelhanças entre o modo de produção capitalista e o modo burocrático de produção. O que se segue agora é o exame das diferenças. Inicialmente serão criticadas as análises de Yao Wenyuan, de Zhang Chungqiao e de Bettelheim, que se preocupam com as bases objetivas do desenvolvimento do capitalismo na China Popular. Em seguida apresentaremos nosso ponto de vista.

Yao Wenyuan, no seu artigo "Acerca da base social da camarilha antipartido de Lin Biao" considera que as normas de distribuição baseadas no trabalho de cada um são geradores de desigualdades. Estas desigualdades estariam na origem do aparecimento da "nova burguesia".

Bahro<sup>57</sup>, invertendo a ordem de apresentação dos fenômenos abordados, faz uma melhor análise. Seu estudo, propondo-se abordar o "socialismo realmente existente", abrange somente o bloco soviético. Além do mais, a análise de Bahro é, em muitos aspectos fundamentais, diferente da nossa; isto não impede de vermos nela uma contribuição valiosíssima para a compreensão dos países pós-capitalistas. Assim sendo, sua análise nos oferece uma abordagem que nos será extremamente útil. Ele diz, ao longo de seu livro, que não são os privilégios que produzem o monopólio, mas é o monopólio que produz os privilégios. "Aquele que possui o poder político possui automaticamente o poder de dispor de partes mais ou menos importantes do excedente."<sup>58</sup> É porque a burocracia tem o controle dos meios de produção que ela pode apropriar-se de privilégios materiais cada vez mais exorbitantes.

Enfim, não existe na China uma "nova burguesia", cujo aparecimento seria consequência das normas de distribuição burguesa. A distribuição, segundo as normas do direito burguês, cria, com efeito, uma acumulação que não tem, entretanto, relação

alguma com a acumulação primitiva capitalista. Esta nova edição da acumulação primitiva nunca chegou a criar um capital que fosse base econômica desta "nova burguesia". A classe dominante na China Popular apareceu como resultado de outros fenômenos históricos, antes que as consequências das normas de distribuição se manifestassem.

Examinemos a análise de Zhang Chunqiao. No seu texto publicado em 1975 e intitulado "A ditadura integral sobre a burguesia", ele aborda a problemática da transformação da propriedade na China e realça o fato de que se se diz correntemente que a transformação socialista da propriedade (a estatização) está, *no essencial*, realizada, isto quer dizer que ela não o está completamente. Ele considera que esta situação é favorável ao desenvolvimento capitalista; este desenvolvimento se situaria na pequena produção mercantil. E propõe, então, a extensão da propriedade de Estado.

Bettelheim reconhece muitas contribuições essenciais de Zhang, mas não se deve evidentemente esquecer, sempre segundo Bettelheim, os pontos fracos de suas análises. "Um destes pontos fracos é a incapacidade de colocar a perspectiva de uma verdadeira *apropriação social*, graças à transformação revolucionária das relações de produção. Em lugar desta perspectiva, é proposta a *generalização da propriedade de Estado* (chamada abusivamente 'propriedade do povo inteiro'), sendo que esta só faz reconduzir à separação dos produtores imediatos de seus meios de produção."<sup>59</sup> Consideramos pertinente esta crítica formulada por Bettelheim. Vejamos como este autor analisa *onde* se situa o desenvolvimento das relações burguesas e *de onde* vem a reprodução das relações capitalistas.

Ele diz que "a partir do momento em que a propriedade de Estado predomina, o risco *principal* de um desenvolvimento capitalista se situa no desenvolvimento das relações burguesas no seio do setor de Estado, e não mais na pequena produção mercantil".<sup>60</sup> Mais adiante, quando analisa as condições da vitória de uma linha revisio-

nista, diz que "a burguesia parece ser um produto da superestrutura, e não da base econômica".<sup>61</sup> Aproximando as análises do PCC sobre a natureza das relações sociais dominantes durante a transição (consideradas "socialistas" pelo Partido) e o fato de que o Partido chinês não questionou as concepções antimarxistas desenvolvidas pelo Partido bolchevique ao longo dos anos trinta, ele diz: "... a revolução asseguraria a existência de um poder repousando fundamentalmente sobre 'relações políticas proletárias', o que oculta a existência de um aparelho de Estado separado das massas e *reproduzindo, então*, relações políticas burguesas".<sup>62</sup>

Bettelheim retoma este tema, desta vez mais explicitamente: "A *separação* dos produtores imediatos de seus meios de produção só foi fracamente abalada, CAUSA DA reprodução das relações capitalistas e mercantis."<sup>63</sup>

Podemos resumir em dois pontos o raciocínio de Bettelheim sobre a origem e o desenvolvimento da nova burguesia:

1. A separação dos produtores imediatos dos meios de produção estaria na origem da reprodução das relações capitalistas.
2. A luta de classes que se segue no interior do Partido, explicaria o nascimento da nova burguesia.

Há, talvez, no raciocínio de Bettelheim sobre este assunto uma outra relação: a que se estabelece entre uma linha política burguesa e a existência de uma burguesia. Logo no início de seu livro, ele diz que "os textos atualmente [1978] publicados na China constituem a expressão de uma *linha política*, e (...) é a *existência desta linha* que conduziu-me às conclusões as quais eu cheguei".<sup>64</sup> Esta relação (linha política do partido—conteúdo de classe deste partido) não aparece explicitamente ao longo de seu livro. Eis porque nós a deixaremos de lado, lembrando apenas que o conteúdo de classe de um partido ou Estado só pode ser avaliado a partir das contradições concretas através das quais a *realidade social* se desenvolve; a linha política é um referencial subjetivo e nada mais.



Voltemos às causas do desenvolvimento da "nova burguesia". Falta provar que a separação dos produtores imediatos dos meios de produção só é possível no capitalismo. Em realidade, o que esta separação nos mostra é que as relações *não são proletárias*. A construção do socialismo avança, como Bettelheim insiste com toda razão, na medida em que os produtores diretos tornam-se cada vez mais mestres de suas condições de existência, na medida em que esta separação se enfraquece. Infelizmente Bettelheim só vê duas possibilidades: socialismo ou capitalismo, burguesia ou proletariado. Como não é, evidentemente, o socialismo, só resta para ele o capitalismo e a burguesia.

Nós nos situamos em um outro ponto de vista, apresentado ao longo deste artigo: a separação entre produtores e meios de produção está na origem da contradição entre proletariado e burocracia. Esta separação é *um dos aspectos* do capitalismo; isoladamente ela não pode caracterizar as relações de produção capitalistas. E, nós o veremos imediatamente, as outras características do capitalismo não aparecem na formação social chinesa. Mesmo esta separação, condição da formação da mais-valia, engendra uma mais-valia regulada politicamente.

O segundo ponto de nosso resumo sobre o raciocínio de Bettelheim a respeito deste assunto (o desenvolvimento da burguesia) deve ser repensado fora da oposição proletariado x burguesia: devemos acrescentar, na abordagem do problema, a burocracia. Além do mais, a luta de classes, que efetivamente se desenrola no seio do PCC existe desde o nascimento do Partido (e não somente a partir da estatização do grosso da economia nacional). A estatização apenas deu uma nova inflexão a esta luta.

O filósofo húngaro, Istvan Meszaros, examinando as sociedades pós-revolucionárias, sintetiza brilhantemente o que de uma forma ou de outra, em geral indiretamente, foi ventilado neste artigo, a respeito das razões pelas quais não se pode falar de capitalismo para a China contemporânea. "O ca-

pitalismo é a fase particular da produção do capital no decurso da qual: 1) a *produção para a troca* (e portanto a mediação e a dominação do valor de uso na qualidade de valor de troca) é dominante; 2) a própria *força de trabalho*, como qualquer outra coisa, é tratada como mercadoria; 3) a aspiração ao *lucro* é a força de regulação fundamental da produção; 4) o mecanismo vital da formação de mais-valia (a separação radical meios de produção/produtores) reveste-se de uma forma econômica; 5) a mais-valia constituída é *apropriada a título privado* pelos membros da classe capitalista; e 6) consequência de seu *imperativo econômico* de crescimento e de expansão, ela tende a uma *integração global*, por intermédio do mercado mundial, a um sistema totalmente dependente de dominações e de subordinações econômicas. Falar de capitalismo nas sociedades pós-revolucionárias — quando só subsiste uma (a quarta) das características essenciais que o definem, e além do mais ela se encontra sob uma forma alterada (a constituição da mais-valia é *regulada politicamente* e não mais economicamente) — só é possível quando não se toma em consideração (ou quando se apresenta de maneira incompleta) as condições objetivas de desenvolvimento."<sup>65</sup> Mas não é só isto. O processo histórico de cada classe (burguesia e burocracia) e de cada modo de produção é outro elemento que serve para distinguir da sociedade burocrática o capitalismo. A formação da burguesia é completamente diferente da formação da classe dominante na China contemporânea.

"Na história da burguesia, devemos diferenciar duas fases: na primeira, a burguesia constitui-se como classe sob o regime do feudalismo e da monarquia absoluta; na segunda, a burguesia, já constituída como classe, derruba o feudalismo e a monarquia, para transformar a velha sociedade em uma sociedade burguesa."<sup>66</sup> Somos levados a dizer o contrário, para caracterizar a formação da classe dominante da China Popular: na história da burocracia, devemos diferenciar duas fases: na primeira, a burocracia derruba o poder imperialista, semifeudal e



semicolonial, para estabelecer as bases materiais da sociedade futura (a sociedade burocrática); na segunda, a burocracia se constitui em classe. Marx acrescenta, no seu texto, que a fase durante a qual a burguesia se constituiu em classe foi "a mais prolongada e requereu maiores esforços."<sup>67</sup> Já para a burocracia, a fase durante a qual ela derrubou o poder reacionário é que foi a mais prolongada e requereu maiores esforços.

Se constatamos todas estas diferenças históricas entre as duas classes dominantes, notamos, por outro lado, várias semelhanças entre a formação da burocracia e a formação do proletariado à época de sua constituição. "As condições econômicas transformaram primeiro a massa da população do país em trabalhadores. O domínio do capital criou para essa massa uma situação

comum, interesses comuns. Assim, pois, essa massa já é uma classe, relativamente ao capital, mas ainda não é uma classe para si. Na luta (...) essa massa se une, constituindo-se uma classe para si. Os interesses que defende convertem-se em interesse de classe."<sup>68</sup> No que diz respeito à burocracia, as condições econômicas transformaram-na primeiro em administradora do capital. A posse coletiva do capital criou uma situação comum, interesses comuns a estes funcionários do capital. Assim, estes dirigentes já são uma classe, relativamente ao capital, mas ainda não são uma classe para si. Na luta pela produção, pela valorização do capital, pelo fortalecimento do Estado e na luta contra as outras classes, estes dirigentes se unem, constituindo-se em uma classe para si.

Os interesses que eles defendem passam a ser interesses de classe.

## NOTAS

1. Neste início, abordaremos a questão da separação existente entre os produtores diretos e os meios de produção. No item "A reprodução das relações de produção" deste artigo, veremos que na China contemporânea não se configura nenhuma situação de transição (transição ao socialismo), na qual os trabalhadores estivessem se apossando progressivamente dos meios de produção (e, assim, de suas condições de existência).

2. K. Marx, *O capital* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974, volume V), p. 505.

3. Com o termo "materialidade", referimo-nos ao potencial que um sistema tem para funcionar independentemente do que se pensa e do que se fala dele. Assim, o capitalismo, em que prevalecem as determinações econômicas, funciona mesmo se, por exemplo, membros de partido comunista têm acesso aos meios de comunicação e se comportam como "dissidentes": isto não caracteriza ou provoca uma crise política ou institucional (se pensarmos no capitalismo europeu, o exemplo toma todo o seu significado). Ao passo que, por exemplo, alguns milhares (cifra insignificante em relação ao bilhão de chineses) de exemplares de revistas contestatárias são um sério problema para a direção chinesa. A diferença de materialidade entre estes dois sistemas pode ser ilustrada pelo fato de que para o capitalismo é suficiente que, independentemente de suas crenças políticas, os indivíduos "andem, funcionem sozinhos" (e os "maus elementos provocam a intervenção de tal ou qual destacamento do aparelho repressivo de Estado". Althusser, os AIE), ao passo que na China é necessário que eles "andem, funcionem sozinhos" e além disso que eles sejam favoráveis ao sistema e ao partido, mesmo que a adesão se dê em um nível exclusivamente formal (a intervenção de tal ou qual destacamento do aparelho repressivo de Estado já é, e sempre é, uma crise).

São fatores de perda da materialidade: o plano (que desvenda a relação entre os homens, diminuindo o alcance dos efeitos psicossociais do mercado) e o caráter político dominante da relação entre as classes (a constituição da mais-valia, como veremos, é regulada politicamente).

4. E. Poulain, *Le mode d'industrialisation socialiste en Chine* (Paris: Maspero, 1977), p. 145. A tradução é nossa. Nós traduzimos todas as citações de livros estrangeiros, com o intuito de facilitar a compreensão do presente texto; mantivemos, porém, no original, as referências do livro utilizado.

5. Cf., entre outros, o riquíssimo porém breve prefácio que Marx escreveu em janeiro de 1859 à "Contribuição à crítica da Economia Política".

6. Leia-se: propriedade do Estado.

7. Zhang Chunqiao, *De la dictature intégrale sur la bourgeoisie* (Paquim: 1975), p. 6 e 7.

8. Isto não impede a existência de uma *produção* privada, constituída principalmente de hortaliças e porcos — a produção de grãos é proibida — e feita em pequenos lotes de terra, onde a família camponesa tem o direito ao uso mas não o de posse. Esta produção privada no campo é pequena, apesar de que com a aplicação do projeto político de Deng Xiaoping ela tenha aumentado. Estas questões, entretanto, estão mais diretamente ligadas aos problemas da acumulação privada do que aos do sistema de propriedade.
9. Quando tratarmos das classes sociais, voltaremos ao assunto.
10. E. Poulain, *op. cit.*, p. 107. A divisão a que Poulain se refere no início da citação — indústria/agricultura — tende a desaparecer com a capitalização do campo.
11. Cf. as declarações de Mao Zedong em 1975, in A. Bouc, *La rectification* (Lyon: Les Editions Fédéróp, 1977), p. 143-4.
12. C. Bettelheim, *Questions sur la Chine après la mort de Mao Tse-Toung* (Paris: Maspero, 1978), p. 107. Existe uma edição brasileira deste livro.
13. *Ibid.*, nota 88, à p. 107.
14. Yao Wenyan, *Acerca de la base social de la camarilla antipartido de Lin Biao* (Pequim: 1975), p. 5. Nós sublinhamos.
15. I. Meszaros, "la question du pouvoir politique et la théorie marxiste", in *II manifesto, pouvoir et opposition dans les sociétés postrévolutionnaires* (Les éditions du Seuil: 1978), p. 133. Sublinhado pelo autor.
16. Eis porque não se pode falar de anarquia da produção nesta sociedade.
17. Cf. Engels, *Do socialismo utópico ao socialismo científico* (São Paulo: Global Editora, sem data, Coleção Bases), p. 78.
18. O leitor bem informado sobre a realidade chinesa pode achar estranho este final de parágrafo, pois a coletivização do campo na China, no final dos anos 50, se deu sem a capitalização da agricultura (ainda hoje com uma débil presença de capital). O leitor, aparentemente, tem razão. Mas, se ele está realmente bem informado, vai se lembrar das divergências entre Mao Zedong e Liu Shaoqi (o mais lúcido defensor — consciente ou não — do modo burocrático de produção). Este último, compreendendo a necessidade de um capital cuja função seria a de dirigir o trabalho coletivo no campo, propunha o adiamento da reforma agrária para depois da capitalização do campo. Entretanto, a posição de Mao prevaleceu e o campo foi coletivizado: a função social de direção coube ao PCC, que, mantendo vínculos ideológicos e políticos suficientemente sólidos com as massas, pôde e continua podendo levar adiante tal função. As particularidades do momento (o prestígio do Partido Comunista, o maoísmo, a situação de transição social etc.) e os antecedentes históricos (modo de produção asiático) devem ser resgatados, para se entender as particularidades de tal coletivização. Para acalmar de vez o leitor bem informado, lembramos que este artigo é uma formulação teórica que busca interpretar a realidade chinesa em toda a sua potencialidade, vale dizer, em toda a potencialidade que o campo tem de se capitalizar. Além dos recuos verificados na coletivização da terra (lotes privados e mercado paralelo), sintomas de que o capital faz falta na função de direção do trabalho, os dados apontam no sentido da capitalização do campo. Isto é, por sinal, uma séria preocupação da equipe que, tendo nascido sob a liderança de Liu Shaoqi, tem sua continuidade com Deng Xiaoping.
19. Marx, *O capital*, *op. cit.*, volume I (sem data), p. 379-80.
20. *Ibid.*, p. 380. Modificamos ligeiramente o final da citação, tomando como referência o texto em francês, que foi inteiramente (livro 1) revisto por Marx. Assim procedemos por uma questão de fidelidade ao pensamento do autor.
21. Esta justificação, é preciso dizê-lo imediatamente, não é universal, na medida em que ela se situa dentro dos limites da divisão social do trabalho.
22. Marx, *O capital*, *op. cit.*, vol. V, p. 433-4.
23. *Ibid.*, vol. V, p. 444.
24. A função social dos comunistas mudou ao longo da história contemporânea da China. Inicialmente eles eram agitadores, mobilizavam e organizavam as massas na luta contra o poder reacionário; os comunistas mantinham relações políticas e ideológicas com as massas. Com a tomada do poder e a consequente estatização da economia, os comunistas passaram a ter novas funções. A questão central da sociedade deixou de ser o poder político e passou a ser a reconstrução econômica. A dinâmica do processo revolucionário (estatização) transformou os comunistas em administradores. Diante do capital, estes dirigentes passaram a ter interesses comuns. No processo de valorização do capital, na monopolização do poder e na luta contra as outras classes, estes dirigentes se constituíram em classe.
25. Marx, *Le capital* (Paris: Editions Sociales, 1974, tomo VIII), p. 259. Não nos foi possível conseguir o volume VI da edição brasileira de *O capital*, no breve espaço de tempo em que escrevemos este artigo. Por isso damos as referências das Editions Sociales.
26. K. A. Wittfogel, *Le despotisme oriental* (Paris: Editions de Minuit, Collection Arguments, 1977), p. 14.

27. E. Balazs, *La bureaucratie céleste* (Paris: Editions Gallimard, 1978), p. 301.
28. *Ibid.*, p. 311-2.
29. *Ibid.*, p. 301-10.
30. *Ibid.*, p. 311-2.
31. Marx, *O capital*, ob. cit., volume I, p. 196.
32. Além do exposto, devemos acrescentar a tendência inelutável de o capital social estender sua ação até o campo (pela sua industrialização), a fim de substituir a relação orgânica aí existente entre a classe dominante e o campesinato.
33. Bettelheim, ob. cit., p. 94. Sublinhado por ele.
34. A propósito da relação entre o marxismo e os "socialismos existentes", é interessante dar a palavra a Althusser, que nos diz que "seria uma forma de idealismo, infatigavelmente denunciado por Marx, considerar que a teoria marxista é, enquanto teoria, responsável pela história que foi feita em seu nome: pois não são 'as idéias', mesmo marxistas, que 'fazem a história', como não é a 'consciência de si' (se declarar marxista) que define um homem ou uma organização. Mas seria igualmente idealismo considerar que a teoria marxista não está engajada e comprometida na experiência de uma história, na qual a ação das organizações de luta de classe, se inspirando do marxismo ou se declarando marxistas, representou um papel importante ou determinante." ("Enfin, la crise du marxisme", in *II manifesto*, ob. cit., p. 244. Sublinhado pelo autor).
- Philippe Sollers, em 1974, se interrogava sobre a possibilidade de os chineses conseguirem impedir a modificação da função do marxismo. Ele se expressava sobre o marxismo contemporâneo nos seguintes termos: "Que o marxismo possa funcionar como um dogma vazio de seu conteúdo, como uma nova forma de conformismo fazendo o contrário do que diz, é doravante a experiência histórica." ("Mao contre Confucius", in *Le Monde*, 14-15 de julho de 1974).
35. Althusser, *Ce qui me peut plus durer dans le Parti Communiste* (Paris: Maspero, 1978), p. 99. Existe uma tradução brasileira deste livro.
36. Inversamente, o fato de o Partido se situar acima do Estado é devido também ao fato de o partido ser único: é inconcebível uma estrutura social onde o partido único não seja onipresente nem seja incontestável (o partido deve, então, submeter o Estado, caso contrário ele deixaria de ser onipresente e incontestável). A primeira proposição (o partido se colocando acima do Estado implica no fato de ele ser o único) é, nos parece, consequência histórica e social da outra proposição (o partido único implica na submissão do Estado).
37. Se podemos dizer que este poder é totalitário, não pensamos que seja justo, por outro lado, dar-lhe o título de despótico no sentido em que o poder se dirige contra o povo, a fim de lhe sugar todo o seu sangue, a exemplo das ditaduras militares latino-americanas. Nós já deixamos bem claro, o sistema chinês tem necessidade de aumentar continuamente o nível de vida do povo; por esta razão não nos parece adequado falar de regime despótico ou tirânico.
38. Cf. o artigo de Allan Jacob (correspondente em Pequim) no *Le Monde* de 23 de dezembro de 1978.
39. As poucas manifestações econômicas que escapam à estrutura estatal são uma concessão provisória, que fica, de toda maneira, sob o controle do Estado e do Partido. O desenvolvimento das forças produtivas, em especial a mecanização da agricultura, constitui o elemento necessário para que estas concessões percam sentido.
40. Cf., a respeito do modo de produção asiático, Dhoquois, "Les premières sociétés de classe", in *L'homme et la société*, nº 12 (1969), p. 152.
41. Cf. a nota 39. Manifestação econômica privada: pequena produção familiar. Manifestação econômica social: ou a sobrevivência de outros modos de produção, ou a existência de populações vivendo em autarquia.
42. A necessidade que o sistema tem de incorporar toda a força de trabalho nas funções econômicas do Estado, nos parece uma indicação preciosa do por que quase não há desemprego neste sistema.
43. Marx, *Le capital*, ob. cit., tomo VIII, p. 172.
44. Cf. Guillermez, *Le Parti Communiste au Pouvoir*, vol. 2 (Paris: Petite Bibliothèque Payot, 1979), p. 651.
45. A violência só é utilizada em último caso, vale dizer, ela coexiste com as crises políticas e sociais ou então ela visa cumprir um papel de exemplo ideológico: as execuções de estupradores, de contra-revolucionários etc.
46. Cf. Lênin, *Oeuvres* (Paris: Editions Sociales, Moscou: Editions du Progrès, 1964), tomo 30, p. 108.
47. A agregação é o resultado social de uma integração política (o povo reconhece o partido único como sua vanguarda) e orgânica (a inserção dos produtores diretos no Estado).
48. Cf. Lênin, ob. cit., tomo 30, p. 103.
49. Althusser, *Idéologie et appareil idéologique d'Etat*, in *Positions* (Paris: Editions Sociales, 1976), p. 68. Nós nos servimos bastante aqui deste excelente artigo. Existe uma tradução deste livro.
50. Meszaros, art. cit., p. 136-7.

51. Cf. Poulain, ob. cit., p. 74.
52. O debate desenvolvido na China sobre a limitação do direito burguês foi muito rico. V. principalmente Yao Wenyuan, art. cit., e o artigo de Zhang Chunqiao, "Eliminer l'ideologie du droit bourgeois", publicado no *Diário do Povo* (13 de outubro de 1958), in Bouc, ob. cit., p. 222.
53. Gentelle, *La Chine* (P.U.F.: 1974), p. 13.
54. Vandermeersch, "L'orient rouge", in *Esprit*, nº 358 (março de 1967), p. 424.
55. Com este ponto (as relações de produção da China contemporânea não são capitalistas), a nossa *démarche* metodológica encontra um fecho. O leitor com certeza notou que, com relação à caracterização do modo de produção dominante na China Popular, desenvolvemos este artigo em torno de quatro pontos (que poderiam, por sinal, ter sido abordados em outra ordem): 1) As relações de produção não são comunistas, no que os dirigentes chineses estão de acordo; vale dizer que sobrevive a separação entre os produtores diretos e os meios de produção (item "A relação de produção de capitalismo privado nem As relações de produção não são capitalistas, nem na sua forma tradicional de capitalismo privado nem na sua forma de capitalismo de Estado (Bettelheim) (item "Capitalismo ou burocratismo" deste artigo). 2) As relações de produção na China de hoje são estáveis, não se caracterizando nenhuma forma de transição social (o desenvolvimento econômico chinês não qualifica por si só uma transição, da mesma forma que o desenvolvimento econômico em si mesmo no capitalismo não caracteriza uma transição) (item "A reprodução das relações de produção" deste artigo). 3) Decorre imediatamente dos três itens anteriores que estamos diante de novas relações de produção (itens "A relação de produção dominante", "O político é determinante", "As classes sociais" e "A superestrutura").
- A contestação simultânea da explicação socialista (oficial) e da explicação capitalista (de Estado) faz nascer um espaço teórico (espaço aberto: os limites conceituais ainda não estão definidos) onde nossa proposição se situa. Se os limites deste artigo permitissem, a nossa interpretação da realidade chinesa deveria ser confrontada com as outras proposições que se situam no espaço teórico que acabamos de evocar. Nós nos referimos em primeiro lugar ao "modo de produção estatal" (Cf. Henri Lefebvre, *De l'Etat*, 4 volumes, 1018, [Paris: 1976]) e à "restauração asiática" (cf. Wittfogel, *Le despotisme oriental*, [Paris: Editions de Minuit, 1977]).
- A nossa gula intelectual nos levaria também, se aqui fosse o lugar apropriado, a buscar um confronto com as outras realidades historicamente próximas: o modo de produção asiático da China clássica e os sistemas sócio-econômicos da União Soviética, da Iugoslávia etc.
56. Lembremos que, quando a força de trabalho entra no mercado, ela é uma mercadoria especial. Cf. final do item "As classes sociais", neste artigo.
57. Rudolf Bahro, *L'Alternative* (Paris: Editions Stock, 1979). Já existe uma tradução brasileira deste livro, se bem que incompleta.
58. *Ibid.*, p. 362.
59. Bettelheim, ob. cit., nota 28, da página 54. O autor sublinhou.
60. *Ibid.*, p. 54. O autor sublinhou.
61. *Ibid.*, p. 84.
62. *Ibid.*, p. 104. Nós sublinhamos.
63. *Ibid.*, p. 106. O autor sublinhou. Nós colocamos as maiúsculas.
64. *Ibid.*, p. 9. O autor sublinhou.
65. Meszaros, art. cit., p. 136. Sublinhado pelo autor.
66. Marx, *Miséria da Filosofia* (São Paulo: Editorial Grijalbo Ltda., 1976), p. 164.
67. *Ibid.*, p. 164.
68. *Ibid.*, p. 164.

## SUMMARY

### The Mode of Bureaucratic Production in China

The article is aimed at pointing out, in relation to the People's Republic of China, the existence of a mode of production that is neither capitalism (as defined by Marx in his works), state capitalism (according to Charles Bettelheim's interpretation), or socialism (or the transition to socialism according to the official interpretation). The article also criticizes certain concepts of Yao Wenyuan and Zhang Chunqiao.

It starts with the social differences existing in modern-day China and recognizes (in line with the thinking of Bettelheim, as above), that there is a cleavage between the workers and their means of production ("mp"). That cleavage characterizes the survival of capital (the "mp", after statization, still comprise capital), and makes it clear that we are not faced with socialism; on the one hand because the workers, being



constrained to sell their working activity, are not the owners (possessors) of their "mp", nor are on the way to being so, to the extent that the said cleavage is a stable one (which is tantamount to saying that the statism of the economy is not accompanied by increasing mastery by the workers over their living conditions); while on the other hand it seems that a part of the population appropriates to itself the surplus produced by society.

Notwithstanding that cleavage between the direct producers and the "mp", the other characteristics of capitalism are not in evidence. In China the bourgeoisie has been destroyed. No longer is there a superfluous class. Production for exchange no longer dominates the scene; there is a new dominant class that collectively appropriates to itself the "mp"; the work force is a kind of merchandise that is getting to be more and more valorized (the living standards of the producers are getting better all the time); maintenance of the system, reinforcement of the State and appropriation of the added value, which preside, through the plan, over the production process (there is no room for anarchy in production); political relationships within the system are the determinant factors (a fact which, in conjunction with the operation of the plan, attenuates the fetishism of merchandise *per se*); added value is determined politically and deployed on a collective basis; the State directly or indirectly absorbs the entire work performed by society.

Capital, after the process of statization, acquires a new guise: it becomes socialized capital on a nation-wide scale.

The Chinese revolution has given rise to a new configuration of the social classes. The annulment of the entrenched proprietors and the bourgeoisie (already enfeebled due to loss of power) has become completed by agrarian reform and the statization of the "mp".

The dominant class is composed of functionaries of social capital. That capital directs the social labor. In those areas of China where capital is in short supply (the rurals), the relationships of domination are organic rather than anything else and are based on the immense prestige of the Communist party amongst the rural masses. The dominant class is delineated institutionally in quite clear-cut terms, consisting of the C.C.P. and the State (excluding the basic cadres).

The Communist party is the main institution in post-revolutionary China. It runs things, controls matters, rules and models the State, economic, political and cultural life and organizes society in line with its designs. The C.C.P. devises, runs and implements the transformation and organization of society for purposes of production (within the structure of the State).

The privileged institution of the Party is the People's State and the State is the social instrument of economic development at the same time as the structure of the social organization.

## RÉSUMÉ

### Le Mode de Production Bureaucratique en Chine

L'article propose de reconnaître, pour la Chine populaire, l'existence d'un mode de production qui n'est ni le capitalisme (défini par Marx dans son œuvre), ni le capitalisme d'Etat (l'interprétation de Charles Bettelheim), ni le socialisme (ou la transition au socialisme, l'interprétation officielle). L'article critique aussi quelques conceptions de Yao Wenyuan et de Zhang Chunqiao.

L'article part des différences sociales existantes en Chine contemporaine pour reconnaître (là-dessus en accord avec Bettelheim) qu'il y a une séparation entre les travailleurs et ses moyens de production (mp). Cette séparation caractérise la survivance du capital (les mp, après l'étatisation, restent du capital) et montre que l'on n'est pas en face du socialisme: d'une part, parce que les travailleurs, contraints à vendre leurs forces de travail, ne sont pas propriétaires (possesseurs) de ses mp, ni ne sont en train de l'être dans la mesure où cette séparation est stable (cela équivaut à dire que l'étatisation de l'économie ne s'est pas

accompagné d'une maîtrise croissante des travailleurs sur leurs conditions d'existence); d'autre part, parce qu'une partie de la population s'approprie de l'excédent produit par la société.

En dépit de cette séparation entre les producteurs directs et les mp, les autres caractéristiques du capitalisme n'y sont pas. En Chine: la bourgeoisie est détruite; il n'y a plus de classe superflue; la production pour l'échange n'est pas dominante; il y a une nouvelle classe dominante qui s'approprie collectivement des mp; la force de travail est une marchandise qui se valorise toujours (le niveau de vie des producteurs est toujours en amélioration); le maintien du système, le renforcement de l'Etat et l'appropriation de la plus-value règlent, par l'entremise du plan, la production (il n'y a pas de place pour l'anarchie de la production); les rapports politiques à l'intérieur du système sont déterminants (fait qui, associé au fonctionnement du plan, affaiblit la fétichisation de la marchandise); la plus-value est réglée politiquement et dérobée à titre collectif;



l'Etat absorbe directement ou indirectement toute la force de travail de la société. Le capital, après son étatisation, prend une nouvelle forme: il s'agit d'un capital socialisé à l'échelle nationale.

La révolution chinoise a produit un nouvel arrangement des classes sociales. L'anéantissement des propriétaires fonciers et de la bourgeoisie (déjà affaiblis par la perte du pouvoir) s'est complété par la réforme agraire et par l'étatisation des mp.

La classe dominante se compose des fonctionnaires du capital social. Ce capital dirige le travail social. Dans les espaces chinois où le capital fait défaut (la campagne) les rapports de domination sont plutôt organiques et se basent sur l'immense prestige du Parti communiste auprès des masses paysannes. La classe dominante a une démarcation institutionnelle assez nette:

elle se compose des membres du P.C.C. et de l'Etat (à l'exclusion des cadres de base).

Les producteurs directs sont les ouvriers et les paysans. Avec la mécanisation de la campagne, la contradiction ouvrier/paysan sera dépassée.

Le Parti communiste est la principale institution de la Chine postrévolutionnaire. Il dirige, contrôle, règle et modèle L'Etat, la vie économique, politique et culturelle et organise la société selon son projet. Le P.C.C. idéalise, dirige et exécute la transformation et l'organisation de la société pour la production (à l'intérieur de la structure de l'Etat).

L'institution privilégiée du Parti est l'Etat populaire. L'Etat est l'instrument social du développement économique en même temps que la structure de l'organisation sociale.